

STJ00109770

**RAMON TOMAZELA SANTOS**

**ÁGIO**

---

**NA LEI 12.973/2014**

**ASPECTOS TRIBUTÁRIOS  
E CONTÁBEIS**

---

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araujo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Designer Editorial:* Lucas Kfourí

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Santos, Ramon Tomazela

Ágio na Lei 12.973/2014 : aspectos tributários e contábeis / Ramon Tomazela Santos. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5065-123-7

1. Ágio 2. Ágio - Leis e legislação 3. Contabilidade 4. Direito tributário 5. Tributação - Brasil I. Título.

20-33834

CDU-34:336.2

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito tributário 34:336.2

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO .....	11
1. Natureza Jurídica e Aspectos Históricos do Ágio .....	15
1.1. Introdução .....	15
1.2. A natureza jurídica do ágio e o conceito de renda.....	16
1.3. O contexto que norteou a edição da Lei nº 9.532/1997 e a interpretação histórico-evolutiva até a Lei nº 12.973/2014.....	24
1.4. O ágio não constitui benefício fiscal.....	27
1.5. O regime jurídico-tributário do ágio antes da Lei nº 12.973/2014.....	35
1.6. Conclusões.....	42
2. O Ágio e a Mais-Valia de Ativos na Lei nº 12.973/2014 .....	43
2.1. Introdução .....	43
2.2. O conceito de combinação de negócios.....	44
2.3. O método de aquisição .....	52
2.4. Identificação do adquirente e aquisição reversa .....	53
2.5. Definição da data de aquisição.....	57
2.6. Reconhecimento .....	60
2.7. Mensuração.....	62
2.8. Os ativos e passivos fiscais diferidos.....	64
2.9. Participação societária com patrimônio líquido negativo.....	68
2.10. Alocação.....	71
2.11. Aproveitamento do ágio.....	72
2.12. Aproveitamento da mais ou menos-valia de ativos.....	78
2.13. A mais ou menos-valia e os ativos não transferidos nos casos de incorpo- ração, fusão e cisão .....	84
2.14. A mais ou menos-valia de passivos assumidos .....	92
2.15. O ganho por compra vantajosa.....	96

## 8 ÁGIO NA LEI 12.973/2014

2.16.	Extensão de efeitos para a CSLL.....	99
2.17.	Conclusões.....	99
3.	O Laudo de Avaliação na Lei nº 12.973/2014.....	103
3.1.	Introdução .....	103
3.2.	Aspectos gerais do laudo de avaliação após a Lei nº 12.973/2014.....	104
3.3.	O laudo técnico e o subjetivismo responsável.....	113
3.4.	O conceito de vícios e incorreções.....	116
3.5.	A comprovação do vício ou da incorreção pelo Fisco .....	122
3.6.	A falta de protocolo do laudo de avaliação no prazo legal.....	128
3.7.	O procedimento de elaboração do laudo técnico .....	131
3.8.	Aspectos formais do laudo de avaliação .....	132
3.9.	Conclusões.....	133
4.	Ágio e as Contraprestações Contingentes.....	135
4.1.	Introdução .....	135
4.2.	As contraprestações contingentes .....	136
4.3.	Aspectos contábeis das contraprestações contingentes .....	139
4.4.	Aspectos tributários das contraprestações contingentes.....	141
4.5.	Ajustes retrospectivos e ajustes no valor justo da contraprestação contingente .....	145
4.6.	Conclusões.....	153
5.	Aquisição de Controle Societário em Estágios, Aquisição de Participação Adicional e Combinação de Negócios Sem Transferência de Contraprestação.....	155
5.1.	Introdução .....	155
5.2.	Aquisição em estágios.....	155
5.2.1.	Aspectos contábeis.....	156
5.2.2.	Aspectos tributários.....	159
5.3.	Aquisição de participação societária adicional .....	164
5.3.1.	Aspectos contábeis.....	164
5.3.2.	Aspectos tributários.....	167
5.4.	A combinação de negócios sem transferência de contraprestação.....	176
5.4.1.	Aspectos contábeis.....	176
5.4.2.	Aspectos tributários.....	177
5.5.	Conclusões.....	178

6.	O Ágio nas Operações entre Partes Dependentes .....	179
6.1.	Introdução .....	179
6.2.	O ágio em operações entre partes dependentes .....	179
6.3.	A ausência de caráter interpretativo na alteração legislativa .....	195
6.4.	Conclusões.....	200
7.	Incorporação de Ações.....	203
7.1.	Introdução .....	203
7.2.	O regime jurídico da incorporação de ações.....	204
7.3.	As diferenças entre a incorporação de ações e a incorporação de sociedades ...	205
7.4.	As diferenças entre a incorporação de ações e a integralização de capital com bens .....	210
7.5.	A natureza jurídica da incorporação de ações e seus efeitos .....	213
7.6.	O ágio na incorporação de ações .....	217
7.7.	Conclusões.....	225
8.	Ágio e Empresa-Veículo .....	227
8.1.	Introdução .....	227
8.2.	Conceito de empresa-veículo.....	227
8.3.	O racional do regime jurídico do ágio – A “empresa-veículo” e a confusão patrimonial .....	230
8.4.	Empresa-veículo após a Lei nº 12.973/2014.....	232
8.5.	Empresa-veículo – A Lei nº 12.973/2014 e o Pronunciamento Técnico CPC nº 15 .....	235
8.6.	Empresa-veículo e propósito negocial .....	241
8.7.	Empresa-veículo e o princípio da igualdade.....	244
8.8.	Empresa-veículo e simulação.....	245
8.9.	Empresa-veículo e “push down accounting” .....	251
8.10.	Conclusões.....	254
9.	Ágio e os Limites do Planejamento Tributário .....	257
9.1.	Introdução .....	257
9.2.	A teoria do propósito negocial.....	258
9.3.	A requalificação de atos ou negócios jurídicos pelo Fisco.....	271
9.3.1.	Dolo .....	272
9.3.2.	Fraude.....	273

**10** **ÁGIO NA LEI 12.973/2014**

9.3.3. Simulação.....	274
9.3.4. Abuso de direito.....	281
9.4. O artigo 116, parágrafo único, do CTN.....	283
9.5. Conclusões.....	288
CONCLUSÕES.....	291
BIBLIOGRAFIA.....	299